

# PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR E A IMPORTÂNCIA DO SEU ACESSO PELA POPULAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.007.1



## RESUMO

**OBJETIVO:** Analisar através de uma Revisão de Literatura como a população está tendo acesso ao Programa Farmácia Popular.


**MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo apresenta-se como uma revisão de literatura, baseando-se em periódicos anexados em base de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico. Entre os descritores utilizados para a pesquisa, destacam: Farmácia Popular; Medicamentos a baixo custo; Qualidade de vida.

**RESULTADOS:** Constatou-se que o Programa Farmácia Popular do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal, sendo criado com o objetivo de ampliar o acesso da população a medicamentos que são essenciais para o tratamento de doenças com grandes ocorrências no país. A Lei foi criada em 13 de Abril de 2004 permitindo a existência de unidades próprias de Farmácia Popular ligadas às Secretarias de Saúde

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A literatura constatou a importância do Programa Farmácia Popular do Brasil, seu avanço desde a criação, contudo, mostrou também a necessidade de melhoramento, principalmente quanto a ampliação nos medicamentos ofertados, na organização e dispensação dos mesmos.


### Cecilia Cibelle das Neves Magalhães

Graduanda em Farmácia da Faculdade AESPI - Ensino Superior do Piauí  
Teresina- PI.

 <https://orcid.org/0000-0002-1124-2852>


### Maria da Luz Araújo da Silva

Graduanda em Farmácia da Faculdade AESPI - Ensino Superior do Piauí  
Teresina- PI.

 <https://orcid.org/0000-0002-4449-8790>

### Rian Felipe de Melo Araújo

Farmacêutico, Mestre e Professor Assistente da Faculdade AESPI – Ensino Superior do Piauí  
Teresina- Piauí

 <https://orcid.org/0000-0003-3075-0884>

**PALAVRAS-CHAVES:** Farmácia Popular; Medicamentos a baixo custo; Qualidade de Vida.

# POPULAR PHARMACY PROGRAM AND THE IMPORTANCE OF ITS ACCESS BY THE POPULATION: LITERATURE REVIEW

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.007.1



## ABSTRACT

**OBJECTIVE:** To analyze through a Literature Review how the population is having access to the Popular Pharmacy Program.

**MATERIALS AND METHODS:** The study presents itself as a literature review, based on journals attached to databases, Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Medical Literature Analysis (MEDLINE), Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Google Scholar. Among the descriptors used for the research, they highlight: Farmácia Popular; Low-cost drugs; Quality of life.

**RESULTS:** It was found that the Popular Pharmacy Program in Brazil is an initiative of the Federal Government, being created with the objective of expanding the population's access to medicines that are essential for the treatment of diseases with major occurrences in the country. The Law was created on April 13, 2004, allowing the existence of its own units of Popular Pharmacy linked to the Health Departments.

**FINAL CONSIDERATIONS:** The literature found the importance of the Programa Farmácia Popular do Brasil, its progress since its creation, however, it also showed the need for improvement, especially regarding the expansion of the drugs offered, their organization and dispensation.

---

Recebido em: 24/06/2021  
 Aprovado em: 01/08/2021  
 Conflito de Interesse: não houve  
 Suporte Financeiro: não houve

**KEYWORD:** Popular Pharmacy; Low-cost drugs; Quality of life.



# INTRODUÇÃO

Com a finalidade de estimular a ampliação do acesso a medicamentos destinados ao atendimento igualitário de toda a população, o Governo Federal elaborou em 2004 o Programa Farmácia Popular (PFPB). Com isso, o PFPB objetiva impedir que as pessoas abandonem o tratamento, especialmente àqueles indivíduos de baixa renda que necessitam dos serviços de saúde, sendo impedidos de adquirir os medicamentos que precisam em farmácias comerciais. Coutinho (2016), expõe que independente da sua condição financeira, qualquer cidadão pode ter acesso ao programa, o sistema das farmácias populares atua a partir do credenciamento das farmácias nas secretarias de saúde dos municípios que tencionam proporcionar o benefício da compra de medicamentos para mais localidades e pessoas a um baixo preço.

A finalidade da criação do PFPB foi aumentar a aquisição de medicamentos no país, objetivando abarcar a parcela da população com menos recursos, mais carente com condições de saúde mais prevalentes. Pressupõe-se que, durante muito tempo, armazenadas as críticas predominantes sobre o encaminhamento de recursos para o setor privado em detrimento do investimento público, o PFPB foi capaz de cumprir seu propósito, seguindo os preceitos dispostos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica, e na Política Nacional de Medicamentos. Observou-se um grande volume de usuários atendidos e uma grande ampliação do PFPB, através das unidades próprias e conveniadas em todo país (SANTOS-PINTO et al., 2021).

Devendo ser lembrado um aspecto interessante, o de que, considerando que o programa esteja voltado para pessoas de todas as idades, torna-se mais importante para idosos, devido os mesmos manifestarem maiores necessidades de saúde, ocasionando em maior uso dos serviços de saúde e de medicamentos. Nesse sentido, o PFPB colabora no controle e prevenção de doenças crônicas, acrescentando o acesso da população à terapia medicamentosa e reduzindo a implicação do custo dos medicamentos no orçamento familiar (MIRANDA et al., 2016).

Todavia, algumas pessoas não têm conhecimento e nem consegue acessar o Programa, ficando privadas de terem acesso aos medicamentos que precisam, para tratamento de doenças e obterem uma qualidade de vida adequada sem grandes custos. Pensando nisso elegeram-se como questão problema da pesquisa: É possível que através de divulgação adequada e conhecimento prévio possa a vir contemplar a população com esses benefícios na qual o programa oferece?

Levantando a hipótese de que através da divulgação adequada e do conhecimento prévio, a população possa usufruir dos benefícios oferecidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil. Nessa perspectiva, o estudo apresenta como objetivo geral, analisar através do Programa Farmácia Popular como a população está tendo acesso ao mesmo, e as dificuldades do não conhecimento deste programa de modo que através dele venha reduzir gastos com medicamentos de uso contínuo, que são especialmente importantes para população.

Como objetivos específicos: Descrever os aspectos legais que regulamentam o funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil; Identificar as vantagens e desvantagens do Programa Farmácia Popular do Brasil; Conhecer as principais dificuldades da população por não conhecer o programa e suas vantagens; Analisar o funcionamento do programa para melhor compreendê-lo.

O Programa Farmácia Popular do Brasil, tendo em vista sua rápida expansão atual e abrangência, ainda necessita atingir uma parcela maior da população para ser considerado de grande importância nos indicadores de saúde pública do país, exercendo influência sobre os gastos com saúde do orçamento público e também da população.

Desse modo, justifica-se o trabalho para uma melhor compreensão do Programa no contexto de políticas públicas voltadas para fornecimentos de medicamentos, podendo servir de referência para profissionais de saúde e acadêmicos que se interessem pelo assunto.

A relevância do estudo está na contribuição que o mesmo poderá proporcionar para ampliar a visão da população em geral e dos pacientes acerca de se ter acesso ao Programa Farmácia Popular para conseguir os medicamentos que necessitam por um preço mais acessível.

## MATERIAIS E MÉTODOS

---

Como método, o trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva e com abordagem qualitativa, produzida com base em pesquisas realizadas e publicadas no espaço temporal 2013 a 2021 cujo tema abordado diz respeito ao “programa farmácia popular e a importância do seu acesso pela população”.

Para sua elaboração, foram utilizados periódicos anexados em base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, destacando principalmente os descritores: Farmácia Popular; Medicamentos a baixo custo; Qualidade de vida.

Quanto aos critérios de inclusão, foram selecionadas publicações escritas de preferência no idioma português, dentro do recorte temporal, 2013 a 2021, e que atendessem os objetivos propostos pela pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídas as publicações fora do recorte temporal estabelecido no projeto, publicados em idiomas diferentes do Português e que não correspondiam aos objetivos propostos pela pesquisa.

# RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o resultado das publicações e utilizando os descritores: Farmácia Popular; Medicamentos a baixo custo; Qualidade de vida, realizou-se a seleção dos artigos, sendo encontrados 539 de acordo com os critérios de inclusão. Do total de 539 publicações foram excluídos 267 através da filtragem entre os anos de 2013 a 2021, adotando o critério de exclusão citando anteriormente, restando 272, feita mais uma seleção, restaram 20 publicações, sendo selecionados 11 para a discussão, utilizando os caracteres: autores, ano de publicação, títulos e objetivos, como mostra o quadro a seguir.

**Quadro 01.** Apresentação das produções organizadas em autores/ano de publicação, títulos e objetivos.

<b>Autores/ano de publicação</b>	<b>Título da produção</b>	<b>Objetivo</b>
PEREIRA (2013)	Programa Farmácia Popular no Brasil: uma análise sobre estratégias do Governo Federal.	Analisar o Programa Farmácia Popular do Brasil enquanto alternativa de acesso aos medicamentos e sua articulação com as demais ações estratégicas do MS, com base na Política Nacional de Medicamentos e na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
COSTA et al (2014)	Conhecimento e utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil: estudo de base populacional no município de Campinas/SP.	Investigar a prevalência e os fatores associados ao conhecimento e à utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) em Campinas-SP, Brasil, em 2008.
SILVA; CAETANO (2015).	Programa "Farmácia Popular do Brasil": caracterização e evolução entre 2004-2012	Descrever a organização do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) em suas distintas vertentes, em termos de sua cobertura e expansão no período 2004-2012, e examinar o comportamento histórico dos Valores de Referência praticados para os medicamentos incluídos nesse Programa.
MIRANDA et al (2016)	Utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil por idosos.	Avaliar a prevalência e os fatores associados à utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil – modelo expansão entre idosos e os motivos de não utilização.
MELO et al (2017)	Capacitação e intervenções de técnicos de farmácia na dispensação de medicamentos em Atenção Primária à Saúde.	Descrever uma experiência de capacitação de técnicos de farmácia para dispensação de medicamentos, sob supervisão de farmacêutico, para tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) em uma unidade básica de saúde, apresentando os resultados das intervenções realizadas a partir da capacitação.
LEITE et al (2017)	Serviço de dispensação de medicamentos na atenção básica no SUS	Caracterizar os serviços de dispensação de medicamentos na rede de atenção básica no Brasil e nas diferentes regiões, com vistas ao acesso e a promoção do uso racional de medicamentos.
TRINDADE (2018)	O fim da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil e o Princípio da Proibição do Retrocesso Social.	Analisar o encerramento da modalidade “Rede Própria” do Programa Farmácia Popular do Brasil a luz do princípio da proibição do retrocesso social.
ALENCAR et al (2018)	Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise de sua origem, seus desdobramentos e inflexões.	Analisar o PFPB, suas origens, desdobramentos, resultados e desafios à necessária integralidade da AF.
LAGO;ARGOLO (2019)	O farmacêutico na dispensação de medicamentos: uma revisão de literatura	
SILVA et al (2019)	Análise de equidade da distribuição de recursos do Programa Farmácia Popular.	Analisar a alocação regional dos recursos do Programa Farmácia Popular do Brasil, levando em conta a disponibilidade relativa do programa e as necessidades potenciais da região.
SANTOS PINTO et al., (2021)	“O Kit COVID” e o Programa Farmácia Popular do Brasil	Descrever o “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil.

**Fonte:** Dados da pesquisa/2021

Após as leituras realizadas constatou-se que na maioria das publicações analisadas ficou evidente a importância do Programa Farmácia Popular e os benefícios proporcionado à população pelo seu acesso. Nesse sentido, em uma análise da publicação de Pereira (2013) denominada Programa Farmácia Popular no Brasil: uma análise sobre estratégias do Governo Federal, constatou-se que no Brasil, o direito de acesso à saúde é um preceito constitucional garantido enquanto dever do Estado, baseando-se em princípios que preveem que este seja universal, integral, igualitário e com controle social. Desta forma, a saúde deve ser compreendida enquanto política pública que articule ações que compreendam os diferentes níveis de complexidade de atenção e a intersectorialidade inerente a este setor.

Na mesma publicação o autor ressalta que assistência farmacêutica, prevista enquanto campo de atuação do SUS, está organizada com base em uma Política Nacional aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Saúde. As diversas ações que garantam o acesso aos medicamentos essenciais, de forma qualificada e racional, devem ser vistas enquanto parte integrante da Política Nacional de Saúde

Esse pensamento é compartilhado por Costa e seus colaboradores (2014) que investigaram a prevalência e os fatores associados ao conhecimento e à utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) em Campinas-SP, Brasil, em 2008, mostrando os resultados do estudo, apontaram que os segmentos populacionais que mais conheciam o Programa Farmácia Popular do Brasil, no município de Campinas-SP, no ano de 2008, eram: mulheres; indivíduos com 30 ou mais anos de idade, especialmente na faixa de 60 a 69 anos; pessoas que referiram renda familiar per capita acima de 4 salários-mínimos; pessoas com escolaridade de 5 ou mais anos de estudo; e aqueles que usavam quatro ou mais medicamentos nos 3 dias anteriores à entrevista.

Sobre a pesquisa realizada pelos autores citados, reforça-se a importância do conhecimento sobre o Programa e seus benefícios, para pessoas com renda inferior a 4 salários-mínimos, já que o mesmo poderá reduzir os gastos com medicamentos, melhorando as condições de vida da população que necessita dos medicamentos, principalmente de forma contínua.

Convém ainda destacar o estudo de Costa, onde mostra que as estratégias e modalidades de atendimento previstas no Programa Farmácia Popular do Brasil foram sucessivamente modificadas, desde seu advento, mediante a adoção de diferentes iniciativas. Em sua primeira etapa, ainda em 2004, o Programa baseou-se na abertura de farmácias estatais, gerenciadas na esfera federal pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com gestores estaduais de saúde e, principalmente, gestores municipais.

Em conformidade com os autores anteriores, Alencar et al (2018) acrescentam que apesar dos resultados positivos na ampliação do acesso a medicamentos, as polêmicas sobre o programa permaneceram, conquanto amenizadas. Em 2011, o ATEP foi auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou: problemas no processo de acreditação de farmácias; falta de estudos que justificassem o custo-efetividade do programa como estratégia de complemento à AF na atenção básica; controles internos frágeis; inexistência de atividades para identificar condutas fraudulentas; e insuficiente apenação administrativa de irregularidades verificadas nos processos analisados.

Nesse caso, entende-se que apesar da maioria dos teóricos considerarem o Programa bem estruturado, ele apresenta falhas que poderão estar prejudicando os usuários, restando uma melhor fiscalização por parte das autoridades competentes a fim de que não atrapalhe seu funcionamento prejudicando os que dele dependem para compra de medicamentos por preço mais acessível.

Também foi possível reconhecer na pesquisa de Silva et al (2019) que a demanda crescente por serviços de saúde coexiste com a restrição orçamentária e, inevitavelmente, a proposta de fornecer tudo a todos esbarra no problema de limitação de recursos públicos. Diante da incompatibilidade en-

tre demanda e oferta do serviço público, a política nacional de saúde norteia-se pelo princípio da equidade na prestação dos serviços à população.

Na análise da publicação de Silva e Caetano (2015) enfatizam que o Programa tem como propósito a garantia de medicamentos essenciais para o tratamento das doenças mais prevalentes na população. A maioria dos produtos no rol do PFPB estão presentes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), embora existam alguns que não façam parte do elenco da Relação vigente (2013) ou das anteriores, como o caso do Atenolol 25mg.

Vale lembrar Miranda et al (2016) quando escreveu sobre o Programa esclarecendo, com isso, o PFPB visa evitar o abandono do tratamento, principalmente por parte dos indivíduos de baixa renda que utilizam serviços privados de saúde, mas que têm dificuldades em adquirir os medicamentos necessários em farmácias comerciais.

Convém ressaltar que atualmente o PFPB está sob a coordenação do Departamento de Assistência Farmacêutica do MS (DAF/SCTIE/MS), como bem lembra Trindade (2018). Desse modo, o programa tem como objetivo principal reduzir ao mínimo o impacto nos gastos com medicamentos no orçamento familiar, além de promover a universalização do acesso aos medicamentos por meio de convênios firmados com os Estados, Distrito Federal, Municípios e hospitais filantrópicos, bem como em rede privadas de farmácias e drogarias.

Em se tratando de dispensação de medicamentos, Melo et al (2017) levando em considerando a importância do processo de dispensação nas unidades de atenção primária à saúde, os autores mencionam que embora a contratação de profissionais com a certificação de curso técnico de farmácia possa contribuir para a seleção de profissionais com melhor capacidade técnica, é importante que mesmo estes sejam capacitados, sobretudo para o desenvolvimento de habilidades de comunicação com o paciente e com os demais membros da equipe multiprofissional

Também foi possível reconhecer na publicação de Leite et al (2017) que nos poucos estudos sobre avaliação dos serviços de dispensação publicados no Brasil, a situação descrita é preocupante em relação à qualidade dos serviços, sob os aspectos de organização, estrutura, operacionalidade e integração com as ações de saúde.

Os autores revelam que pesquisas e documentos sugerem que a complexidade dos atos da prática farmacêutica, em relação ao que o serviço de dispensação pode oferecer, especialmente no que se refere à provisão de serviços mais orientados aos usuários, pode estar limitada pelas condições de trabalho, como tempo, infraestrutura e a gestão dos serviços provocando erros de dispensação importantes e impactantes para a saúde dos usuários.

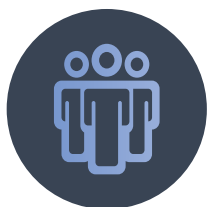
Os mesmos autores acrescentam, no âmbito da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS), uma série de investimentos têm procurado incentivar o desenvolvimento e qualificação dos serviços farmacêuticos sob os aspectos de capacitação das equipes, recursos para estruturação das unidades de dispensação e disponibilização de sistema informatizado. Reconhecer as características atuais dos serviços de dispensação na atenção básica no Brasil é fundamental para avaliar a implementação das políticas públicas adotadas e subsidiar futuros.

No contexto atual em que o mundo enfrenta uma pandemia, Santos-Pinto e seus colaboradores (2021) destacam em seu estudo sobre a defesa do “tratamento precoce”, baseado em cloroquina/hidroxicloroquina e outros medicamentos, cujo passou a ser conhecido no Brasil, como símbolo do viés político no enfrentamento da epidemia. Os autores relatam que a alternativa dada pelo governo perpassa a disponibilização do dito “kit-covid” em unidades básicas de saúde, o que foi adotado em alguns municípios brasileiros, alinhados com a premissa do Governo Federal.

Prosseguem afirmando que o “kit-covid” consiste em uma variação de combinações que incluem, sistematicamente, a cloroquina/hidroxicloroquina, a azitromicina, ivermectina, e mais outros medicamentos a depender da localidade. Agora, o Governo Federal aponta para a providência do “kit-covid” também nas farmácias conveniadas do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB).

Contudo, não se pode deixar de ressaltar que estes medicamentos ofertados à população não há evidências científicas que respaldem o uso dessas substâncias na prevenção ou tratamento da COVID-19. Sendo inclusive retirados dos protocolos de alguns países que antes os adotaram.





## CONCLUSÃO

---

Após as leituras constatou-se a importância do Programa Farmácia Popular do Brasil, o qual tem beneficiado a população que necessita de medicamentos contínuos e principalmente de idosos, embora tenha sido comprovado sua procura por outras faixas etárias.

Verificou-se que o Brasil tem avançado na estruturação da assistência farmacêutica pública e na ampliação da oferta de produtos farmacêuticos, no entanto, ainda precisa melhorar, haja visto ser uma das desvantagens apontadas, que às vezes ocorre a falta de medicamentos do governo federal, a demora para ser adquirido levando o usuário a comprar nas farmácias convencionais.

No Piauí, o Programa Farmácia Popular além da capital Teresina, também pode ser encontrado em vários municípios, oferecendo medicamentos que tratam das doenças com maior incidência no país. Conforme o governador do estado, há pretensão de expandir o Programa para outros municípios.

Vale lembrar a participação do profissional farmacêutico na dispensação de medicamentos na Farmácia Popular, cabendo ao mesmo, o dever de avaliar a prescrição quanto à identificação do prescritor nome, assinatura, seu registro no conselho, ausência de rasuras, legibilidade para identificar o paciente.

# REFERÊNCIAS

ALENCAR, TOS.; ARAÚJO, PS.; COSTA, EA.; BARROS, RD.; LIMA, YOR.; PAIM, JS. Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise política de sua origem, seus desdobramentos e inflexões. Saúde Debate, v. 42, n. 2, out. Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, ATC de.; VIEIRA, FS.; SÁ, EB de. Os efeitos do acesso a medicamentos por meio do programa farmácia popular sobre a saúde de portadores de doenças crônicas não transmissíveis. IPEA, 2018.

AMORIM, MES.; FERREIRA, MRR.; OLIVEIRA, SAS.; FERNANDES, CKC. Programa Farmácia Popular do Brasil em uma drogaria DE SÃO LUÍS de MONTES BELOS – GO. Revista Faculdade Montes Belos (FMB), v. 8, n° 1, p 1-13, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

COSTA, KS.; FRANCISCO, PMSB.; BARROS, MBA. Conhecimento e utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil: estudo de base populacional no município de Campinas-SP. Epidemiol. Serv. Saúde v.23, n.3 Brasília Jul./Set. 2014.

COUTINHO, B. Farmácia Popular: como elas auxiliam a sociedade e o trabalho dos médicos? (2016) Disponível em: <<https://blog.imedicina.com.br/farmacia-popular>> Acesso em: 4 mar.2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. Farmácia Popular: usuários relatam problemas na distribuição de medicamentos. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/farmacia-popular>> Acesso em: 28 mar, 2021.

FUNDAÇÃO COPEL (2016). Conheça as vantagens do programa Farmácia Popular. Disponível em: <<https://www.fcopel.org.br/noticias/2016/>> Acesso em: 28 fev. 2021.

LAGO, DF.; ARGOLO, AFLT. O farmacêutico na dispensação de medicamentos: uma revisão da literatura. Rev. Cient. Esc. Est. Saúde Pública Goiás “Cândido Santiago”, v.5, n.2, p.51-63, 2019.

LEAL, F. Reaberta a Farmácia Popular do Centro (2021). Disponível em: <<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=25589>> Acesso em: 3 mar.2021.

LEITE, SN.; BERNARDO, NLMC.; ÁLVARES, J.; GUERRA JÚNIOR, AA.; COSTA, EA.; ACURCIO, FA.; GUIBU, IA.; COSTA, KS.; KARNIKOWSK, MGO.; SOEIRO, OM.; SOARES, L. Serviço de dispensação de medicamentos na atenção básica no SUS. Rev Saúde Publica, v. 51, Supl 2, 2017.

MELO, DO.; MOLINO, CGRC.; RIBEIRO E.; LIEBER, NSR.; Capacitação e intervenções de técnicos de farmácia na dispensação de medicamentos em Atenção Primária à Saúde. Ciênc. saúde coletiva. v.22, n.1, Rio de Janeiro/ jan. 2017.

MIRANDA, VIA.; FASSA, AG.; MEUCCI, RD.; LUTZ, B. Utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil por idosos. Rev. Saúde Pública, v. 50, n. 3, Mai. 2016.

NASCIMENTO JÚNIOR, JM do.; PAGANELLI, MO.; TAVARES, NUL.; SOEIRO, OM.; COSTA, KS. Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica. Dispensação: dispensar e entregar não são sinônimos. v.1, n.16, Brasília, set/2016.

PEREIRA, MA. Programa Farmácia Popular no Brasil: uma análise sobre sua relação com o Complexo Econômico-Industrial da Saúde e os programas estratégicos do Governo Federal. Rio de Janeiro, 2013.

Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24521>> Acesso em: 3 marc..2021.

SANTOS-PINTO, CDB.; MIRANDA, ES.; CASTRO, CGSO de. O “KIT-COVID” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. Cad. Saúde Pública, v. 37, n. 2, fev, 2021.

SESAPI, Secretaria de Estado da Saúde do Piauí- Teresina ganha Farmácia Popular .21 de Março de 2005 | Atualizado em 03 de Março de 2021.Por Assessoria de Comunicação SESAPI-Disponível em: <<http://saude.pi.gov.br/noticias/2005-03-21/903/teresina-ganha-farmacacia-popular>> Acesso em: 4 mar.2021.

SILVA, MEL e.; ALMEIDA, ATC de.; JÚNIOR, ITA. Análise de equidade da distribuição de recursos do Programa Farmácia Popular. Rev. Saúde Pública,v. 53,n. 20, Mai. 2019.

SILVA, RM da.; CAETANO, R. Programa “Farmácia Popular do Brasil”: caracterização e evolução entre 2004-2012. Ciências & Saúde Coletiva, v. 20, n.10, p. 2956, 2015.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: Proposta. Brasília: OPAS, MS; 2002.

TRINDADE, JS. O fim da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil e o Princípio da Proibição do Retrocesso Social. Cad. Ibero-Amer. Dir. Sanit., Brasília, v.7, n. 2, p. 61-81, abr./jun, 2018.